

A CONSTRUÇÃO DA REPORTAGEM INVESTIGATIVA: UMA ANÁLISE DAS SÉRIES DE REPORTAGENS VENCEDORAS DE PRÊMIOS PUBLICADAS PELOS JORNAIS *O DIA* E *O GLOBO*

Autor: Marcelo Alves
Orientador: Leonel Aguiar

Introdução

Para a construção textual dos resultados preliminares da pesquisa “*Crítérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo*”, foram escolhidas quatro séries de reportagens, uma do jornal *O Dia* (*Dossiê Milícia*) e as outras do jornal *O Globo* (*Ditadura nas favelas*, *Favela S/A* e *Democracia nas favelas*). As séries foram construídas por jornalistas investigativos dos jornais citados. Todos premiados em diversas categorias dos principais prêmios do jornalismo brasileiro e do mundo. Os jornais em questão, além de construírem reportagens utilizando-se diversas fontes também utilizam técnicas como a RAC (Reportagem Assistida por Computador). Esta última bastante apreciada pelos jornalistas do jornal *O Globo*. Além da RAC podemos identificar operações típicas do chamado Jornalismo de Precisão.

As séries foram analisadas através de entrevistas e apreciação dos textos escritos por seus produtores. Para cada uma das séries percorremos todo o processo produtivo que levaram a publicação do texto final, desde o surgimento da pauta até a publicação. Principalmente o modelo de trabalho das equipes coordenadas por jornalistas investigativos João Antônio Barros, do jornal *O Dia*, e Angelina Nunes, do jornal *O Globo*.

Percebemos que as relações entre o profissionalismo, a hierarquia e a exaustiva testagem dos dados investigados, garantem o sucesso deste processo de construção de reportagem. Esse fato pode ser verificado através do grande número de prêmios, principalmente, os Prêmios Esso e Embratel, que essas reportagens ganharam por escolha da própria comunidade jornalística.

Conceitos da Teoria do Jornalismo

Os principais instrumentos teórico-metodológicos que norteia o desenvolvimento da pesquisa e a atuação do pesquisador junto às redações estão baseados nos pressupostos da Teoria do *Newsmaking*. Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas passaram a dar maior valor à produção de séries de reportagens. A produção de uma edição de jornal, como se sabe, não se dá com todas as páginas em branco. Além dos anúncios, os jornais possuem, de forma antecipada, diversas séries que vão sendo realizadas ao longo do ano.

O *newsmaking* baseia-se, para dar conta da produção de reportagens em um conjunto de critérios, operações e instrumentos, o que inclui, nesse último, o manual de redação. Esses critérios são chamados de noticiabilidade. Nesta está inserida a sistematização do trabalho jornalístico e os valores notícias. Os critérios de noticiabilidade são negociados constantemente nas redações por repórteres, editores, diretores e outros autores do processo produtivo.

Os valores notícias são os óculos descritos por Bourdieu (1997). Para o autor, os jornalistas, somente eles, possuem a capacidade de enxergar, dentre tantos acontecimentos diários aquilo que poderá ser transformado em matéria jornalística. E não somente, são capazes de

valorar esses acontecimentos. E conseqüentemente distinguir a distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, ou seja, quais serão os elementos da apuração que aparecerão expressos na produção discursiva.

Os valores-notícia determinam a construção tanto do critério de noticiabilidade de um acontecimento quanto do modo de construção do discurso jornalístico. Os critérios substantivos apontam para as características substantivas das notícias; isto é, ao seu conteúdo, ao acontecimento que se transforma em notícia.

Esses se articulam em dois importantes fatores, o primeiro está ligado à importância e o segundo ao interesse da notícia. A importância é determinada por quatro variáveis. A primeira, “notoriedade”, liga-se ao nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável. Já “proximidade” relaciona-se com o impacto sobre a nação e o interesse nacional, em termos de proximidade geográfica ou de proximidade econômica, política ou cultural. Esses fatores são os que mais apareceram nas entrevistas realizadas junto às redações dos jornais *O Dia* e *O Globo*.

A variável “relevância” aponta para a quantidade de pessoas que o acontecimento, de fato ou potencialmente, envolve. A quarta variável, “significatividade”, relaciona-se com a importância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. O interesse está vinculado às representações sociais que os jornalistas têm do público e ainda ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento (Aguiar, 2007).

Em relação à outra classificação, critérios relativos aos produtos incluem-se a materialidade e as características do produto informativo. Explicam-se pela consonância com os procedimentos de produção, organizacional, técnicas. Podem ser explicados em termos de consonância com os procedimentos produtivos, de congruência com as possibilidades técnicas e organizativas, com as restrições de realização e com os limites próprios de cada meio de comunicação (Idem).

Outros fatores que definem, operativamente, o valor-notícia “importância” de um acontecimento são: o grau do poder institucional, o relevo de outras hierarquias não institucionais, a possibilidade de serem reconhecidas para além do grupo de poder em questão e a amplitude e o peso dessas organizações em termos sociais ou econômicos.

Tanto no jornal *O Dia* quanto no *O Globo* essas negociações são praticamente diárias, pois os jornalistas ao produzirem as séries gastam recursos do jornal. A noticiabilidade também é importante para se saber se uma notícia pode tornar-se em série, o que trás mais recursos para os jornais.

Wolf (2003) escreveu,

O produto informativo parece ser resultado de uma série de negociações, orientadas pragmaticamente, que têm por objeto o que deve e de que modo ser inserido no jornal, no noticiário ou no telejornal. Essas negociações são realizadas pelos jornalistas em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez, e ocorrem em momentos diversos do processo de produção (WOLF; 2003:200).

Assim, as reportagens, e principalmente as séries são construções narrativas, constroem uma dada realidade a partir da manipulação de documentos, entrevistas e demais dados obtidos durante a investigação (Tuchman, 1983). Nos jornais *O Dia* e *O Globo*, mais ainda, utilizam-se as técnicas desenvolvidas pelo chamado Jornalismo de Precisão. Nesta modalidade, aliada a técnica da Reportagem Assistida por Computador (RAC), muitos jornalistas constroem suas reportagens.

Pautado em questões teóricas que não se desassociam da prática realizada nas redações, os jornalistas acabam por se distanciarem da condição de opinador. Assim, não o jornalismo um campo aberto a opinião. Leonel Aguiar, professor do programa PPG da PUC - Rio, baseado nessas condições, defende a formação específica para o melhor aproveitamento das técnicas de apuração e de construção da notícia. Através da qualificação específica há maior precisão na investigação e apuração dois fatos vindos a valorizar, ainda mais, a construção do discurso jornalístico (Aguiar 2010).

Nas editorias em que a pesquisa pode acompanhar o processo de construção da reportagem ou revisitar através de entrevistas aos produtores, foram construídos diversos bancos de dados. Geralmente a organização dos bancos de dados inclui arquivos inéditos, comparáveis, contato com fontes, entrevistas e fotografias para comparações. Usam em demasia a internet e seus recursos, constroem planilhas e as colocam em forma de infográfico no corpo das reportagens publicadas. A idéia é tornar toda a apuração em elemento compreensível.

Todos esses elementos são estudados utilizando-se de técnicas científicas que são aplicadas a vida social. Envolve investigação, planejamento, métodos estatísticos e cruzamento de valores disponibilizados por diferentes fontes. Com esse método, pode-se desconfiar dos dados colhidos em campos. Jornalismo de Precisão e uso de computador se complementam. O jornalista investigativo vem usando cada vez mais essa técnica.

A transformação dos elementos apurados em texto depende do valor ético do profissional envolvido na produção da reportagem. Com tantos elementos apurados de forma exaustiva, há sempre a preocupação não desviá-lo de seu contexto original, dar novos sentidos que eles originalmente não possuíam. Uma série de reportagem tem como objetivo primário a denúncia, principalmente aquelas em que a democracia, os direitos e a cidadanias não sejam desrespeitados. Mas não cabe ao jornalismo o julgamento, algo típico da justiça.

A pressão para que os jornalistas realizem bons trabalhos está muito grande em todas as editorias brasileiras. Em relação às reportagens apreciadas nesse texto não é diferente. Todas as séries de reportagens aqui pesquisadas têm em comum o fato de que foram construídas tendo como denúncia a existência de traficantes, maus policiais, e milicianos que, através da força, fazem imperar a lei que não a estabelecida pelo Estado. Foram construídas com a ida dos jornalistas a campo, principalmente em áreas da cidade onde o poder paralelo impera, como em favelas.

Mas, apesar da pressão para a realização de boas matérias, os jornalistas têm tomado mais cuidados. Segundo Angelina Nunes, os riscos devem ser avaliados antes de o jornalista ir para a rua. Para muitos jornalistas entrevistados durante o desenvolvimento da pesquisa a morte de Tim Lopes deve servir sempre de alerta. Nunes assim descreve a ação de quem se arrisca:

Fingir que é alguém, tentar se misturar em favelas onde há grupos fortemente armados é loucura. Colocar uma equipe dentro de uma favela sem ter um plano de escape, sem ter como fazer um resgate de emergência é arriscar o pescoço de quem está lá no meio das cobras sem defesa. Isso eu não concordo. Acho uma insensatez, ou melhor: falta de profissionalismo, amadorismo travestido de "pessoas destemidas".

Os jornalistas entrevistados aliam bom jornalismo investigativo com a possibilidade de manter-se vivo. O bom jornalista investigativo é aquele que busca a fonte, percorre as ruas, descobre documentações que venham a comprovar suas suspeitas ou denúncias de abusos contra a ordem democrática. Mas também sabem que o jornal deve chegar às bancas para serem vendidos. "Os leitores querem ter contato com boas histórias, e é isso que busco", conclui João Antônio Barros.

Uma descrição da prática jornalística

Toda reportagem investigativa tem em comum o fato de ser provocada por algum elemento externo, seja uma notícia, reportagem ou séries. Porém ao surgir à pauta investigativa, esta é diretamente negociada, em sigilo, com os editores. O sigilo é o grande segredo do sucesso de intensa investigação. "Até mesmo um colega de redação ao comentar com alguém sobre a investigação pode levá-la à ruína" comenta João Antonio Barros, o maior ganhador de Prêmios Esso do jornal *O Dia*. O sigilo garante uma boa preparação, organização, diálogo com as hierarquias e, principalmente, que a reportagem atinja seu objetivo, a denúncia.

A manhã do dia 8 de julho de 2008 foi uma das que abalou as estruturas da cúpula da máfia das milícias no Rio de Janeiro. Nesse dia o jornal *O Dia* dava início a série *Dossiê Milícia*, uma complexa e completa reportagem sobre a existência e atuação de grupos paramilitares na zona oeste da cidade. Depois de meses de muita investigação, negociação com os setores hierárquicos, anotações, diálogo com o setor jurídico, entrevistas, confrontos documentais, fotografias dos envolvidos, chegou às bancas um dos melhores trabalhos do ano.

As investigações produzidas pelos jornalistas descobriram a produção ilegal de cifras milionárias. Com a exploração dos transportes público, da venda de botijões de gás, do sinal de TV e Internet o lucro anual chega a casa da centena de milhões por ano. Desses a maioria são adquiridos através dos transportes e o restante a partir da distribuição ilegal do sinal de TV e botijões de gás. Somente na edição 20.474 foram cinco páginas de denúncias.

A série foi levada a capa daquela edição, na parte superior da mesma, no canto direito, vinha a logo que percorreria todas as edições, um alvo com o nome da série partindo do meio. Essa marca facilita o entendimento do leitor fazendo com que o mesmo entenda se tratar de uma série, incentivando-o a ler as outras edições. Pode-se dizer que as mais de 20 páginas publicadas durante os meses de julho e início de agosto abalaram até mesmo os milicianos. Após a denúncia do jornal *O Dia*, houve uma mobilização por parte das autoridades, desde a CPI da Assembléia até a Polícia Federal.

A primeira edição trazia o título: “*O Dia revela a vida de rei dos acusados de chefiar milícia*”. Trazia, ainda, boxes com temas que seriam tratados no desenrolar da matéria. *Venda na cadeia: mesmo preso em Bangu oito, o vereador Jerominho fez uma negociação imobiliária de R\$ 230 mil. Ouro na Barra: suspeito de ligação com milícia de Rio das Pedras, PM integra a elite do condomínio de luxo Golden Green. PM pilota lancha: policial e vereador de São Gonçalo curte a vida adoidado na Baía de Angra. É réu por tortura e morte. Barão do funk: Bombeiro tem fazenda, mora em apartamento de R\$ 500 mil na Barra e vive tórrida paixão com funkeira.*

A série começou após a publicação do assunto milícia por diversos jornais. “Nada que fosse profundo, sabia que poderia ser muito mais profunda, tinha muito mais coisas por debaixo dos panos, contou Barros. E assim foi feito. O primeiro passo foi a realização de um levantamento dos principais suspeitos e acusados de pertencer a rede de milicianos. Com a lista pronta foi feita uma verdadeira devassa na vida desses homens.

Cada nome que aparecia foi colocado em pastas separadas. Tudo que era encontrado sobre uma determinada pessoa era guardado em sua pasta. Descobri-se Cadastro de Pessoa Física (CPF), Identidade, local de moradia, origem social, e emprego. A maioria era funcionário público. A lista inclui policiais, bombeiros e ex-agentes, todos investigados pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro por comandar grupos paramilitares que dominam hoje pelo menos 72 favelas no Rio de Janeiro, principalmente na zona oeste.

Através dos levantamentos feitos nos cartórios de registro de imóveis do Rio pode-se descobrir que muito dos acusados viviam em verdadeiras mansões e eram vizinhos de figura como os jogadores Romário e Ronaldo – O fenômeno. Os milicianos passariam despercebidos se não fosse à discrepância entre o salário que ganham como funcionários públicos e o valor de seus imóveis. Muitos desses estavam registrados nos órgãos competentes em nome dos próprios personagens investigados pela polícia por pertencerem ao grupamento paramilitar. Muitos criminosos utiliza-se de laranjas, nomes e endereços fantasmas.

Barros utilizou-se intensamente da rede mundial de computadores. Através da social Orkut o jornalista teve acesso às fotos de alguns investigados. Como o acesso somente era permitido aos amigos da rede, o jornalista fez um perfil com um nome fictício. Tendo feito isso pediu para o miliciano Cristiano Girão o aceitar como amigo. Com o sim do mesmo o jornalista teve acesso à boa parte das fotos que o incriminavam como passeios de lancha por

agra dos reis, luxo, riqueza que seu salário não pagaria. Ele era conhecido como rei das danceterias, adorava a noite e as casas noturnas da Barra de Tijuca. Girão foi eleito vereador, mas foi preso dentro da câmara por pertencer à milícia o bairro Gardênia azul e ter vida de milionário com apartamentos de luxo à beira mar, mansões, fazenda e gado, carrões importados e à prova de balas e iates.

Na série ficou claro que a maioria dos envolvidos gostava de ostentar poder que achavam ter a sensação de impunidade fez com que muitos desses acusados ficassem mais de uma década no comando da milícia. Grande parte escolheu o mesmo bairro para residir, a Barra da Tijuca. Somente o PM Dilo Pereira Soares Júnior comprou um apartamento, em 2008, que vale mais de dois milhões e fica em um dos metros quadrados mais caros do Rio de Janeiro. O apartamento que só o valor da entrada foi 300 mil prometia vista para praia, Lagoa, Pedra da Gávea.

Um dos casos mais inusitados que os jornalistas se depararam durante a exaustiva investigação foi o caso do ex-policial Enio que mesmo expulso da corporação foi capaz de comprar um apartamento de mais de duzentos e cinquenta mil reais. De acordo com a documentação encontrada, consta que no 6º Ofício de Distribuição, Enio mantém uma casa na Rua Lucio Alves, na Favela do Catiri, comprada em 2004. Ainda de acordo com os registros encontrados, o ex-sargento já fora dono de um imóvel na Avenida DW, no Recreio, mas o vendeu um mês antes da compra do apartamento na Estrada do Pontal, no mesmo bairro.

Na Junta Comercial e no Cartório de Pessoa Jurídica do Rio de Janeiro os chefes das milícias aparecem registrados como profissionais de sucesso. Somente Girão, possui no bairro onde atua, um Lava a Jato, o Mister M Ltda, que faturava oficialmente R\$ 26 mil por ano. Com a descoberta pela Cedae de uma ligação clandestina de água estimulou-se que o faturamento seria o dobro do declarado. Mas as empresas que mais traziam lucros para o bombeiro eram a C. Fort Lajes e Girão madeiras que chegaram a lucrar mais de R\$ 300 mil em 2006. Os empreendimentos do militar chamaram a atenção da Polícia Federal (PF) que passou a investigar se as empresas eram usadas para lavagem de dinheiro.

A investigação do jornal *O Dia* descobriu, ainda, uma empresa credenciada para ser uma *factoring*, mas que praticava agiotagem. A *Areal Cred*, criada em 2004, na favela Rio das Pedras, pelo major Dilo Soares e o sargento reformado Dalmir Pereira faturou cerca de R\$ 50 mil somente em 2007. É bem provável que essa cifra seja bem maior, porque segundo um morador endividado com a financeira e que não quis ser identificado, “Lá não tem SPC. Se não pagar, não fica com crédito sujo. Morre”.

A série *Dossiê Milícia*, mostrou que milicianos do Rio de Janeiro desfrutavam de uma vida de luxo. A equipe de reportagem se dedicou por três meses a fazer um levantamento completo dos investigados pela Secretaria de Segurança. Foram analisadas desde a pauta até a publicação da matéria 131 certidões de 22 cartórios de registro de imóveis. Os jornalistas cruzaram informações próprias com dos disponíveis em órgãos como o Serasa, Corregedoria da PM, Detran, na Prefeitura do Rio, Bombeiros, Tribunal de Justiça e Junta Comercial, além de visitar imóveis na capital e no Interior.

As reportagens no *O Dia* são assinadas e ainda trazem o endereço eletrônico dos autores. As caixas de email de João Antônio Barros e Thiago Prado ficaram lotadas. Desde agradecimentos, passando por novas denúncias até ameaças.

A trilogia publicada entre 2007 e 2009 pelo jornal *O Globo* tem como fio condutor histórias sobre uma parte da população quase sempre excluída do processo democrático e que, dessa forma, vivem em condições desumanas, sem direitos, mas que por outro lado são exploradas por traficantes e milicianos. As séries sagraram-se com vencedoras, entre outros, dos prêmios Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, concedido pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e do Instituto Prensa y Sociedad (IPYS) de investigação jornalística, além do Prêmio Imprensa Embratel.

Uma das maiores contribuições da série foi mostrar aos leitores que as favelas, ao contrário do que se pensa, do que está no imaginário de boa parte da população, produz e faz circular milhões de reais, que como em todo o país, acaba por determinar, em um microcosmo, a existência de um abismo social, tão grande como o existente na comparação entre a favela com outras áreas da cidade. Para que o leitor pudesse acompanhar as séries foram criadas logomarcas que acompanhavam as publicações tanto em mídia impressa como *online*. Esta última bastante apreciada pelos editores do jornal *O globo*. Em níveis pessoais, os jornalistas divulgam as publicações em eventos, *facebook*, *twiter* e *blogs*.

A primeira reportagem da série foi realizada pelo jornalista vencedor de diversos prêmios, como o Esso, Mauro Ventura. Ele acompanhou juntamente com o pastor evangélico Marcos Pereira um verdadeiro júri, onde o ladrão era julgado por roubo por um corpo composto por nove jurados e um juiz-trafficante, no caso o gerente do tráfico de drogas. O pastor fazia-se de advogado implorava para que o adolescente chamado de “B” não fosse executado.

Mauro saía da redação para acompanhar a atuação do pastor junto aos jovens traficantes, tentando convertê-los ao evangelho. Não imaginava que iria encontrar a situação descrita acima. Desde a chegada a favela o jornalista desejava ser apresentado como tal, pois era o único do grupo de evangélicos que não estava vestindo roupas brancas, vindo a se destacar.

Assim que souberam por moradores do morro que havia um jovem sendo torturado a mais de 24 horas foram até o mesmo para negociar a possível soltura. O adolescente foi capturado quando voltou ao morro para visitar a mãe. Ele foi algemado e barbaramente torturado: tomou choque elétrico, teve garrafas quebradas em seu corpo, foi espancado com pedaços de madeira, sufocado com fita crepe e recebeu uma facada nas costas.

Os traficantes perguntaram quem era o novato do grupo e o pastor disse que era um jornalista do Jornal o Globo. Como parte da negociação, os traficantes exigiram que a localidade não fosse divulgada, “para evitar problemas”. O jornalista expôs na construção da matéria o terror que havia passado “é difícil manter o sangue-frio quando se está cercado por nove traficantes, com metralhadoras penduradas no ombro, fuzis carregados na mão e pistolas enfiadas na cintura”, contou.

Após a publicação da reportagem *O tribunal do tráfico* deu-se início à construção das outras matérias da série *Os brasileiros que ainda vivem na ditadura*. Entre a publicação da primeira e o restante da série foram cinco meses de trabalho intenso. A idéia da coordenadora da série Angelina Nunes, jornalista vencedora de diversos prêmios, era mapear as principais vias dessa verdadeira ditadura. Nunes dividiu os jornalistas em grupos de atuação, cada um ficou responsável por uma área da cidade e por buscar histórias que se identificasse com o assunto ditadura. Os jornalistas conseguiram mais do que se esperava. Verdadeiras histórias de terror.

Assim foram publicados entre agosto e setembro de 2007 os títulos: *Bandidos vetam música, grampeiam telefonema e ditam até a cor da roupa; Polícia, tráfico e milícias desrespeitam direitos de ir e vir nas favelas; Moradores de favelas têm casas invadidas pelo tráfico e polícia; Tráfico, milícia e polícia impõem regime de terror aos moradores de favelas no Rio; Tortura uma prática que resiste; Moradores são forçados a deixar as suas casas por traficantes, milicianos e até policiais; Numero de morte de jovens moradores de comunidades é sete vezes maior que outras áreas Impunidade dos milicianos*. Para a construção da matéria foram realizadas mais de 200 entrevistas, análise de dezenas de documentos, inquéritos e processos judiciais.

O primeiro passo da equipe deu-se no sentido de quantificar as favelas, morros e outros locais onde a atuação do Estado se faz precária. O número de habitantes de favelas varia muito. Para isso utilizaram tanto os números oficiais disponibilizados por órgão

públicos quanto os oferecidos pelas associações de moradores. Os dados colhidos mostraram que mais de 1,5 milhão de pessoas moradoras de favelas tinham seus direitos básicos de cidadão violados por traficantes, milicianos e policiais. O número é assustador porque já se passava de vinte anos do término da ditadura militar. “Diversos setores da sociedade falavam em democracia, mas esqueciam do fato de que a ditadura ainda era uma realidade”, afirmou Angelina Nunes.

A série denunciou quais eram os métodos utilizados por maus policiais, traficantes e milicianos para imporem suas vontades. Descobriu-se que havia até sessão pública de tortura, onde o torturado era arrastado, agredido na frente de todo para servir como exemplo aos demais. Segundo a extensa documentação produzida para se publicar a matéria final em 14 anos, desde a década de 1990, policiais corruptos, traficantes e milicianos traficantes, foram responsáveis pelo desaparecimento de 10.464 pessoas, desse total 7.324 pessoas estariam relacionados a ação do tráfico e milícia. Esse número é 54 vezes mais do que o número de desaparecidos nos "anos de chumbo", 136 segundo grupo Tortura Nunca Mais.

Através de fotografias, depoimento em delegacias, e relato dos próprios moradores, as favelas teriam donos e que se deveria fazer o que eles desejavam. Após serem julgados pelos “donos do poder” muitos moradores eram mortos ou expulsos da favela. A família era obrigada a fugir para também escaparem da morte. Roupas, músicas, funcionamento do comércio local, tudo é imposto com base na lei do mais forte. As favelas são transformadas em verdadeiros feudos, onde maus policiais, traficantes e milicianos agem como senhores feudais, suseranos e a população, sem direito algum como vassalo.

No ano seguinte, 2008, o jornal *O Globo* deu continuidade aos trabalhos sobre favelas. Dessa vez as matérias se detiveram somente a questão dos direitos econômicos. Assim, a extensa apuração deu conta de que quase dois milhões de pessoas moradoras de favelas no Rio de Janeiro era parte integrante de uma movimentação financeira que atingia a casa dos bilhões de reais. Claro que não suficientemente para provocar uma verdadeira distribuição de renda, pois boa parte dessa cifra está concentrada nas mãos de milicianos e traficantes.

O resultado da investigação de quatro meses foi publicado em 20 páginas, durante nove dias. A equipe igualmente coordenada por Angelina Nunes era composta por 22 pessoas, sendo quatro editores, sete repórteres, sete fotógrafos, três artistas gráficos e um pesquisador. Como na atualidade há a impossibilidade de uma dedicação integral à produção de uma série de reportagem, somente nos últimos 20 dias antes da publicação, foi possível deixar três repórteres fora da pauta diária, ou seja, trabalhando em regime de dedicação exclusiva. Os demais profissionais acumularam a produção da especial com a *hard news*.

Favela S/A foi a reportagem do ano do Jornal O Globo, ganhou o prêmio CNH de Jornalismo e também o de Direitos Humanos da UNESCO em 2008.

Entre os títulos das reportagens destaca-se *variedade de negócios no comércio das favelas; Aluguéis rendem R\$ 107 milhões; Os novos ricos da construção; Tem de tudo: Formal, Informal e Ilegal; Vivendo no capitalismo selvagem; Violência como commodity; De olho no voto e no lucro; Luvas da miséria, Invasões em série, De traficantes a concessionários*, entre outros.

Brigando por um pedaço dos mais de três bilhões de reais contabilizados pela equipe do jornal do Marinho estavam donos de pequenos estabelecimentos como desde bares, birosas, legais ou ilegais, até bancos e rede de lanchonetes famosas em todo o Brasil. Uma das frases que mais sintetizam a realidade financeira das favelas é que “Seja no varejo ou no atacado, no oficial ou no paralelo, a holding Favela S/A enriquece poucos, explora milhares e dá calote no Estado”.

A equipe revela que a maior dificuldade residia na pouquíssima documentação das favelas, nem o estado tem um número convincente. O último grande senso havia sido realizado em 2000, passados quase uma década muita coisa já havia se modificado. Para a

publicação da série foi necessário a realização de diversos cruzamentos de dados para consolidar os dados estatísticos, entre eles os disponíveis no Ministério das Cidades de 2007, Instituto Pereira Passos (IPP), IBGE, Dados do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), Censo de Favela do Favela-Bairro, Light e Cedae.

Segundo os cálculos realizados por intermédio de computadores e dados disponibilizados por órgãos competentes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e o Instituto Pereira Passos, a renda familiar moradores de favelas é de R\$ 634,50 mensais.

Outra dificuldade foi o contato com as fontes. Dimmi Amora, um dos integrantes do grupo de jornalistas responsáveis pela construção da matéria, afirmou que após a morte do jornalista Tim Lopes houve um aumento no abismo entre os jornalistas e a favela. “Para preservar as fontes, as histórias foram escritas nomes fictícios e, às vezes, chegava omitir a região do entrevistado”, revelou Amora.

Para dar conta do montante arrecadado, somente com aluguéis, a equipe percorreu um longo caminho. A busca documental deu-se em cartórios de imóveis, pesquisa de bens de pessoas que lucravam como mercado informal nas favelas busca em *sites* oficiais e cruzamento de banco de dados. Descobriu-se a existência de verdadeiros “tubarões” (empreiteiros) desse mercado imobiliário. Ex-moradores da Rocinha que construíram diversos imóveis, com a renda obtida passaram a viver em confortáveis condomínios de classe média alta na Barra da Tijuca.

Os valores que mais assustam são, sem dúvidas, os produzidos por traficantes e milicianos. Esses cobram tudo o que podem, desde pedágios para que carros e transportes alternativos possam passar até serviço de vigilância, segundo a apuração dos jornalistas envolvidos, o lucro ultrapassa R\$ 300 milhões por ano, só com vans e pedágios. Entre traficantes e milicianos, este último possui um campo de atuação mais diversificado que o primeiro.

Por terem atividades ligadas a máquina do Estado, como os vereadores, no caso de Jerominho, Natalino e deputados, como Jorge Babu, policiais e bombeiros os empreendimento vão desde proteção, venda de gás, máfia de vans até a exploração sexual de menores. O Ministério Público tendo sido informado dessas ilegalidades denunciou o deputado Babu (PT) por chefiar um dos grupos paramilitares na Zona Oeste do Rio. O deputado foi expulso partido.

A última série da trilogia sobre favelas foi intitulada “*Democracia nas favelas*”. Após realizarem dois especiais sobre o tema criminalidade e favela. A equipe do jornal *O Globo* debruçou sobre o processo de democratização desse espaço onde o próprio Estado não dava conta. Tudo começou com a criação das chamadas Unidades de Polícia Pacificador (UPPs) em favelas que antes eram dominadas pelo tráfico de drogas. A série exalta a entrada do Estado nessas regiões da cidade, bem como as possíveis melhorias.

As frases escritas no *lide* de abertura da série já revelavam a proposta da mesma. A reportagem via esse momento, o da ocupação das favelas pela UPPs, como o nascimento da nova Constituição que banuiu a possibilidade de existência de ditaduras no país. Mas que em algumas áreas os ditadores semente mudaram de nome. Saíram os militares e entraram os traficantes e milicianos, o que tornou as favelas em um lugar preterido por boa parte da população.

O confronto de idéias também fez parte da série. Essa divergência foi registrada no especial produzido somente para a Internet. No vídeo sobre o Morro Santa Marta, em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro, a opinião do Estado sobre o *funk*, na figura da Capitã da Polícia Militar (PM) Priscilla Azevedo, o *DJ* e morador Thiago Firmino, o morador Alan Barcelos e Sabá, presidente da Associação de Moradores divergem em muito. Para a policial o *funk* como era realizado, na quadra da escola de samba do morro, mesmo tendo saída de

emergência e extintores não poderá mais ser realizado por existir exigências específicas, como autorização da Polícia Militar, Polícia Civil, juizado de menores etc. Para os moradores essa seria uma forma de cerceamento da liberdade.

A série foi produzida em quatro meses. Os principais títulos produzidos ao longo das publicações mostram como o Estado vem tentando se aproximar da população. Entre eles destacamos: *Controle de PMs em Realengo, Jacarepaguá e Catete mudam a rotina de moradores; Apesar da proibição de bailes funk, outros direitos passaram a ser respeitados; Moradores expulsos pelo tráfico já ensaiam volta para casa, e parentes de bandidos não são perseguidos; serviços saem das mãos de bandidos e relação de consumo mudam; No Batan, PMs cuidam até de poda de árvores*, entre outros. Palavras como ocupação, controle, direitos, deveres apareceram em toda a série.

A transição traficante-Estado percorreu todas as páginas publicadas. Para isso, a equipe do *O Globo* percorreu cinco favelas onde as UPPs já estavam ou seriam instaladas: Tavares Bastos, que desde 2000 abriga a sede Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Bope) e é cenário de filmes como *Hulk* e *Tropa de elite*, Santa Marta, Favela que recebeu Michael Jackson, Batan, onde os jornalistas do jornal *O Dia* foram torturados por milicianos e Babilônia e Chapeu Mangueira, em Copacabana.

Os jornalistas buscaram histórias que tivessem alto valor notícia. Dessa forma, contaram nas páginas como eram as ações do tráfico sobre a vida dos moradores das favelas, o que os moradores esperavam para o futuro, como viviam os parentes de traficantes e, como é comum nos trabalhos relacionados as comunidades carentes, o grande desafio estava pautado nas fontes. Muitas pessoas achavam que a presença da UPP seria algo passageira, daí a persistência do medo.

Considerações finais

Quando se trata dos critérios relativos aos processos típicos da modalidade investigativa do fazer jornalístico, um dos principais elementos que se deve levar em consideração quando da análise do modo de construção de uma reportagem são os critérios noticiabilidade. Estes estão ligados aos interesses e necessidades das empresas jornalísticas, bem como dos interesses dos profissionais envolvidos no processo. Em relação às séries *Dossiê Milícia, Ditadura nas favelas, Favela S/A e Democracia nas favelas* podemos afirmar que os critérios de noticiabilidade e valores notícias nortearam, mesmo sem a devida consciência do jornalista, todas as etapas da construção das mesmas.

A pesquisa percebeu que muitos textos investigativos são realizados levando-se em conta uma dinâmica que varia conforme a política editorial do jornal. Para melhor informar aos leitores contam com a construção de gráficos, tabelas, fotografias para comprovação do que se fala. Utilizam-se imagens para que o leitor possa, por ele mesmo, comparar as situações denunciadas. Esse mecanismo torna o assunto em questão muito mais tátil. Na atualidade os jornalistas e os jornais, utilizam-se páginas pessoas na internet, como blogs, *facebook*, *twitter* e edições online para aumentar sua audiência.

Na construção de reportagem investigativa tempo tem como base fundamental o sigilo. Mas, outro fator nos chamou bastante atenção na fala dos jornalistas entrevistados, a sua relação com as mais diversas fontes. Podemos depreender que no modelo investigativo de reportagem é imprescindível, para se testar e verificar a denuncia, o contato do profissional com suas fontes. Através destas pode-se criar todo um artifício para se comprovar ou não uma especulação. O uso da RAC aparece nas séries de ambos os jornais.

Desde a pauta até a publicação a jornalista teve o apoio incondicional de seus superiores. Lidar com as hierarquias é muito importante para se concretizar a matéria. Muitos

profissionais, na ânsia de apresentar o mais breve possível a sua apuração, podem comprometer a qualidade do trabalho. A testagem exaustiva dos dados que foram levantados durante a ida a campo é uma das condições primordiais para o sucesso e diminuição da possibilidade de ocorrência de erros de investigação e abertura de processos contra jornalistas.

Referências

- AGUIAR, Leonel. **Ensinar as práticas a partir da Teoria do Jornalismo: uma proposta pedagógica**. Fórum nacional de professores de jornalismo (FNPJ). Goiás:UFG, 2007.
- _____, DIB, Sandra Korman. BARRETO, Ivana. **Economia política das cartografias profissionais: a formação específica para o jornalismo**. Compós, 2010. Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997
- MEYER, Philip. **Precision journalism: a reporter's introduction to social science methods**. 4th Edicion. ALK papers, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **A Reportagem como Gênero Jornalístico**. Rio de Janeiro: Summus, 1986.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.
- WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

Descrição da pesquisa realizada

A partir da teoria dos *newsmaking*, foram analisados os critérios de noticiabilidade, os valores notícias e o modelo de produção das séries *Dossiê Milícia*, *Ditadura nas favelas*, *Favela S/A* e *Democracia nas favelas*. Estavam envolvidos na produção das reportagens do jornal *O Dia*, João Antônio Barros e Thiago Prado e equipe de fotógrafos e no jornal *O Globo*, Paulo Motta, Carla Rocha, Cristiane de Cássia, Dimmi Amora, Fernanda Pontes, Luiz Ernesto Magalhães, Selma Schmidt, Sérgio Ramalho e Angelina Nunes. Todos são jornalistas experientes, vencedores de diversos prêmios ao longo da carreira, e por isso, são tidos pela própria comunidade interpretativa como legítimos representantes dos jornalistas investigativos brasileiros.

No período que compreende a vigência da pesquisa nos detivemos em três momentos simultâneos. Pesquisa na Biblioteca Nacional, para a localização das reportagens contempladas com o Prêmio Esso. Através da análise juntos aos bancos de dados da instituição estamos realizando a coleta de cada uma das reportagens ou séries de reportagens que a pesquisa "*Critérios de Noticiabilidade no Jornalismo Investigativo*" delimitou metodologicamente. As séries de reportagens que utilizamos para escrevermos o texto de apresentação do trabalho realizado concorreram ao Prêmio Esso, tornando-se finalistas. Somente a reportagem *Democracia nas favelas* sagrou-se vitoriosa. Mas todas ganharam em algum outro concurso, no Brasil ou exterior.

O maior desafio era termos acesso aos dias em que as mesmas foram publicadas, principalmente as mais antigas. Esse fato mostra-se importante porque pretende-se disponibilizar os resultados obtidos em diversas mídias, como CDs, Blog e afins, tudo que fora pesquisado, como textos, imagens e entrevistas, realizadas desde o início da pesquisa, em 2007. Essa será uma das tarefas a ser realizada durante a vigência do período que se inicia em agosto de 2010.

No jornal *O Dia*, o acesso aos textos publicados e inscritos em diversos concursos, deu-se através da pesquisa nos acervos do próprio jornal. Nossa fonte era o jornalista João Antônio Barros, vencedor de diversos prêmios do jornal. Bem como o principal jornalista investigativo da redação. Por diversas vezes o pesquisador esteve na referida redação, em cada encontro foi questionado elementos da cada vez para a descrição de um dos capítulos da série *Dossiê Milícia*, vencedora de diversos prêmios como o “Tim Lopes de Jornalismo Investigativo” e “Prêmio Lorenzo Natali” de 2009. Utilizamos o método de entrevista e descrição do trabalho realizado para darmos conta do processo produtivo nessa redação.

O mesmo método, o da *Descrição densa* foi utilizado para darmos conta da construção da trilogia do jornal O Globo. Sob comando da jornalista Angelina Nunes, as séries de reportagens *Ditadura nas Favelas (2007)*, *Favela S/A (2008)* e *Democracia nas favelas (2009)* foram vitoriosas em quase todos os prêmios a que concorreram. A primeira da trilogia venceu o Prêmio Embratel 2008, a segunda Embratel 2009 e, a terceira, Prêmio Esso Regional Sudeste 2009. Essas séries de reportagens foram publicadas em jornal impresso, e tiveram edições especiais somente para edição *online*.

Conforme as entrevistas foram sendo realizadas percebemos quais eram os principais métodos de investigação realizados pelos jornalistas em questão, principalmente os coordenados por Angelina Nunes, ou seja, o jornal O globo. A técnica da Reportagem Assistida por Computador (RAC) foi utilizada intensamente. Para entendermos melhor o funcionamento dessa técnica lemos e fichamos o livro de Philip Meyer, artigos acadêmicos sobre jornalismo de precisão e participamos do curso “*Investigação de gastos públicos*” da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e Contas Abertas no qual foram ensinadas técnicas de como investigar utilizando-se computadores e dados disponibilizados por órgãos públicos.

Ao realizarmos a pesquisa, nossa preocupação foi torná-la inteligível, ou seja, manipulava os elementos constitutivos de maneira que os mesmo pudessem ser apreciados pela comunidade acadêmica. Para realizar tal intento escolhemos participar de encontros, congressos e eventos. Por enquanto a divulgação do material colhido foi realizada no INTERCOM Sudeste onde apresentamos textos acerca do método de trabalho investigativo no jornal *O Dia*, onde foi apresentado o texto “As reportagens investigativas no jornal *O Dia*”.

Participamos igualmente, de dois eventos com a presença de diversos profissionais da área da Comunicação e Direito. Os mesmos ocorreram em maio de 2010 no Rio de Janeiro e foi uma parceria entre a PUC - Rio, SIP e ABRAJI. No segundo dia do evento foi formada uma mesa em que a pesquisa pode ser divulgada durante a apresentação do texto “*Processos judiciais contra jornalistas investigativos nos jornais Jornal do Brasil, O Dia e O Globo*”.

Coleta de dados

Como parte integrante das tarefas realizadas durante o período de 2009/2010, tivemos a construção da tabela abaixo. A mesma fora feita após muitas idas a Biblioteca Nacional e arquivos dos jornais *O Dia* e *O Globo*. Podemos dizer que esta foi uma das tarefas mais importantes e duradoras da pesquisa, pois tínhamos em mãos apenas poucas informações sobre as reportagens, como título e autor. Fazia-se necessário ter acesso ao produto final.

As reportagens apreciadas no texto de conclusão da etapa da pesquisa foram acompanhadas durante o processo produtivo, sendo assim, sabíamos a data de publicação, o que tornou o acesso às matérias mais fácil. Isso significa que a pesquisa vai poder disponibilizar à comunidade acadêmica e áreas afins as matérias digitalizadas juntamente com o acervo de toda nossa produção. Na tabela constam apenas as reportagens produzidas

baseadas no modelo investigativo de produção jornalística. A pesquisa, nessa fase, vem trabalhando com reportagens construídas a partir de 1990.

ANO	VENCEDORES	VEÍCULO		PRÊMIO	TÍTULO
1991	ALEXANDRE MEDEIROS	O DIA	AINDA NÃO ENCONTRA DA	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	FOME NA BAIXADA
1993	HILKA TELLES E EQUIPE	O GLOBO	21/03/93 A 12/05/93	PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM	CORRUPÇÃO NA POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO
1994	AGOSTINHO VIEIRA, ELENILCE BOTTARI E EDGARD ARRUDA	O GLOBO	06/04/94 A 23/04/94	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	NILO AJUDOU BETINHO A RECEBER DOAÇÃO DE BICHEIRO
1994	CÉSAR SEABRA, MARCOS PENIDO, EDUARDO TCHAO, PAULO JÚLIO CLEMENT, ANTÔNIO ROBERTO ARRUDA E GUSTAVO POLI	O GLOBO	17/12/93 A 25/02/94	PRÊMIO ESSO ESPECIAL DE INFORMAÇÃO ESPORTIVA	CORRUPÇÃO NO FUTEBOL FLUMINENSE
1996	AZIZ FILHO, AMAURY RIBEIRO JR., ADRIANA BARSOTTI, CONSUELO DIEGUEZ E CID BENJAMIM	O GLOBO	28/04 A 26/07/96	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	GUERRILHA NO ARAGUAIA
1996	JOÃO ANTÔNIO BARROS	O DIA	15/10/95 A 22/10/95	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	OS 162 CARELIS DA POLÍCIA
1997	ALBENIZA GARCIA E EQUIPE	O DIA	21/03/97 A 24/08/97	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	INFÂNCIA A SERVIÇO DO CRIME
1998	MARIA ELISA ALVES E ROLLAND GIANOTTI E EQUIPE	O GLOBO	19/07/1998	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	TESTE DO GUARANÁ
1998	MARIA LUIZA ABBOTT	O GLOBO	08/10/97 A 15/10/98	PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM	O RELATÓRIO AMERICANO
1999	CHICO OTÁVIO, ASCÂNIO SELEME E AMAURY RIBEIRO JÚNIOR	O GLOBO	11/02/99 A 26/09/99	PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM	RIOCENTRO
1999	ANDRÉ HIPPERTT, JOÃO ANTÔNIO BARROS E RENATA MANESCHY	O DIA	29/08/99 A 05/09/99	PRÊMIO ESSO DE CRIAÇÃO GRÁFICA - CATEGORIA JORNAL	<u>O PREÇO DA LIBERDADE</u>
1999	JOÃO ANTÔNIO BARROS	O DIA	29/08/99 A 05/09/99	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	<u>O PREÇO DA LIBERDADE</u>
2000	ANGELINA NUNES E EQUIPE	O GLOBO	06/04/00 A 25/09/00	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	AS QUENTINHAS
2001	CHICO OTÁVIO E RUBENS VALENTE	O GLOBO	18/03/01 A 17/09/01	PRÊMIO ESSO DE REPORTAGEM	LBV - O IMPÉRIO DA BOA VONTADE

2001	CHICO OTÁVIO, BERNARDO DE LA PEÑA E RICARDO BOECHAT	O GLOBO	06/05/01 A 12/05/01	PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA	SINAL VERDE PARA O CONTRABANDO
2002	CHICO OTÁVIO, BERNARDO DE LA PENA, RENATO GARCIA E RODRIGO RANGEL	O GLOBO	10 A 18, 21, 23 E 27/03, 02, 03, 07 E 23/04, 09 E 24/05 E 08/06/02	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	SENTENÇAS SUSPEITAS
2003	ANTÔNIO WERNECK	O GLOBO	10 A 29/06, 03, 18, 26 E 27/07, 10/08, 08, 12 A 20 E 24/09/02	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	TRAFICANTES NOS QUARTÉIS
2003	JOÃO ANTÔNIO BARROS, BARTOLOMEU BRITO E MÁRCIA BRASIL	O DIA	20/04 A 22/04/03, 27/04, 06/05, 11/05, 29/06, 30/06, 07/09/03	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	CRIME SOBRE RODAS
2004	ANGELINA NUNES, ALAN GRIPP, CARLA ROCHA, DIMMI AMORA, FLÁVIO PESSOA, LUIZ ERNESTO MAGALHÃES E MAIÁ MENEZES	O GLOBO	20 A 27/06; 04, 18 A 20, 25 E 26/07; 01 E 16/08/04	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	BASTIDORES DO PODER - OS HOMENS DE BENS DA ALERJ
2005	PEDRO LANDIM, FÁBIO VARSANO, SÉRGIO RAMALHO, ALUIZIO FREIRE E EQUIPE	O DIA	01 A 17, 19 A 21, 23, 26 E 27/04; 20/05; 04, 18 E 25/06; 09/07; 28 A 31/08; 01 E 07/09/05	PRÊMIO ESSO REGIONAL SUDESTE	CHACINA
2006	MÔNICA PEREIRA E EQUIPE	O DIA	18 A 31/01; 05, 14, 15, 18, 19, 21 A 23/02; 15, 16, 21/03; 21 A 23/05; 20/09/06	PRÊMIO ESSO REGIONAL 3	VENDA DE CADASTROS DE APOSENTADOS
2007	ROBERTO STUCKERT FILHO, ALAN GRIPP E FRANCISCO LEALI	O GLOBO	23, 24 E 31/08/07	PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO	VOTO COMBINADO NA CORTE SUPREMA
2008	MAURO VENTURA	O GLOBO	30/03/2008	PRÊMIO ESSO REGIONAL 3	TRIBUNAL DO TRÁFICO
2009	PAULO MOTTA, ANGELINA NUNES, CARLA ROCHA, SELMA SCHMIDT, VERA ARAÚJO E FÁBIO VASCONCELLOS	O GLOBO	09; 10; 11; 12; 13; 14 E 15/08/2009	PRÊMIO ESSO REGIONAL 3	DEMOCRACIA NAS FAVELAS

Meios de divulgação da pesquisa: congressos, encontros e eventos

ALVES, Marcelo. **As reportagens investigativas no jornal *O Dia***. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória, ES – 13 a 15 de maio de 2010.

Resumo do trabalho apresentado

A possibilidade de um acontecimento vir a ser transformado em uma notícia investigativa depende, especialmente, da política editorial do jornal, dos critérios de noticiabilidade e da postura profissional do jornalista. Da pauta até a publicação, a matéria investigativa segue uma rotina produtiva. O primeiro passo desse processo está relacionado à possibilidade de haver uma investigação minuciosa, sofrendo já aí determinadas influências das condições materiais e ideológicas da empresa jornalística. No jornal *O Dia*, objeto de nosso estudo, a construção de matérias investigativas é feita somente após muita negociação com a alta hierarquia. Um jornalista não realiza esse tipo de matéria sem que seus chefes imediatos saibam qual a abordagem pretendida, o local de atuação e, principalmente, os custos da produção.

Fazendo-se um levantamento sobre as reportagens premiadas com o Esso pode-se registrar que grande parte possui alto valor notícia e grande apreço por parte do público alvo do jornal, as classes B, C e D. Essas reportagens produziram importante impacto na sociedade ocasionando ruptura na estrutura em que foram construídas. Muitas denunciam problemas sociais de origem diversas, como tráfico de drogas e de influência, desvio de dinheiro público, crimes hediondos etc.

É uma característica de a matéria investigativa ser cuidadosamente construída, diminuindo-se os erros e verificando incessantemente os dados apurados. Esse zelo deve-se ao grau de importância dada ao conteúdo da mesma. Acrescenta-se a credibilidade do interlocutor, já que para se chegar ao status de realizar determinadas investigações, devem-se ter alguns anos de carreira e que esta seja reconhecida pelos próprios companheiros de profissão.

Quanto mais complexas mais devem ter seus elementos depurados no decorrer do processo. Essas reportagens são construções narrativas da realidade, e que buscam chamar atenção do público leitor. Suas qualidades são percebidas pela comissão julgadora, por isso são escolhidos como os melhores textos publicados ao longo do último ano. Geralmente esse tipo de publicação constitui enorme retorno financeiro para o jornal.

ALVES, Marcelo. **Processos judiciais contra jornalistas investigativos nos jornais *Jornal do Brasil, O Dia e O Globo***. Seminário sobre Liberdade de Imprensa “Realidade, obstáculos e soluções”. SIP / PUC-RIO, 2010.

Resumo do trabalho apresentado

O texto a seguir é parte integrante da pesquisa PIBIC/CNPQ “*Crítérios de noticiabilidade no Jornalismo Investigativo*” realizada junto ao Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro sob a orientação do professor Leonel Aguiar. A idéia principal da pesquisa é mostrar a todos os interessados como se dá o processo de construção da reportagem investigativa a junto à redação dos jornais *O Dia, O Globo e Jornal do Brasil*. Para tanto o pesquisador acompanhou os jornalistas desses periódicos durante o processo produtivo.

Sobre direito à informação no Brasil temos, nos textos constitucionais diversas disposições a esse respeito. Segundo a Constituição, Art.220 - A manifestação do

pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art.5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º - é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Levando-se em conta as prerrogativas existentes na carta magna brasileira podemos afirmar que boa parte dos jornalistas com os quais trabalhamos já sofreu algum tipo de censura por parte de processos judiciais. Não podendo exercer plenamente sua profissão. Os processos, por vezes, também são dirigidos a instituição a qual o jornalista trabalha. A defesa plena da profissão feita pelo jornalista está baseada na ética típica da profissão, a defesa ampla e irrestrita pelo direito a informação.

A interferência judicial sobre o jornalismo tem tomado corpo ao longo dos últimos anos, principalmente após a Constituição de 1988, conhecida como a mais democrática da história do país. Assim, em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF), proibir a obrigatoriedade do uso do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. Esse fato é visto por diversos jornalistas entrevistados pela pesquisa, como uma das formas de silenciamento dos jornais brasileiros.

Pode-se contabilizar, nessas décadas de nova constituição, um bom número de processos judiciais ou inquéritos contra jornalistas com intuito, não somente de reparação por calúnia e difamação, mas igualmente por impedir que a verdade sobre uma investigação chegue a domínio público. Principalmente quando a investigação diz respeito ao uso de bens públicos.

Levando-se em conta apenas os jornalistas das redações dos jornais *O Dia*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* que ganharam o maior prêmio do jornalismo brasileiro, esse número chega a 26 processos judiciais e um inquérito em andamento. Se levarmos em conta toda a carreira, juntando-se os jornalistas Chico Otávio, Jorge Antônio Barros e João Antônio Barros têm-se mais de 80 processos. Sendo Chico Otávio, 10 processos, Jorge Barros, 20 e João Antônio 55 processos cada. Todos afirmam que nunca perderam, nem mesmo quando o processo chega à última instância.

Por exemplo:

Jorge Antônio Barros

Hélio Vígio fatura alto com seqüestros – Um processo. São mais de 20 ao longo da carreira.

João Antônio Barros

Dossiê Milícia – Seis processos judiciais. Pelotão dos Assassinos – Nove processos judiciais. Máfia das Vans – Oito processos judiciais. São 55 processos ao longo da carreira.

Chico Otávio

Sentenças Suspeitas – Dois processos judiciais. Venda de sentenças (2008) – 1 inquérito. São mais de 10 ao longo da carreira

Um dos processos judiciais da série de reportagem *Dossiê Milícia* foi provocado pelo vereador Cristiano Girão do PMN, contra o jornalista João Antônio Barros e o jornal *O Dia*. As matérias traziam o vereador como um dos maiores milicianos da zona oeste do Rio de Janeiro. Ele comandava o grupo paramilitar na região de Jacarepaguá. Girão que é funcionário público, sargento bombeiro, movimentou impressionantes R\$ 2,2 milhões em suas contas bancárias no período, entre 2003 e 2007. O militar morava, desde 2002, em [apartamento](#) avaliado em R\$ 500 mil. No dia 17 de dezembro de 2009, o vereador foi preso, a partir da acusação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Chico Otávio e o jornal *O Globo* enfrentam atualmente uma batalha judicial em que fica claro a oposição entre a ética profissional do jornalista e os denunciados por suas

matérias. Em 2002, Otávio denunciou a existência de um leilão de sentenças nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Alguns nomes envolvidos no caso, como o juiz Ivan Athié, sentiram-se injustiçados pela reportagem e entraram com recursos na justiça dos estados citados. O juiz e outros funcionários do Estado foram acusados pela Procuradoria-Geral da República, por formação de quadrilha, estelionato, uso de documentos falsos e exploração de prestígio.

Como resultado, no ano de 2008 a justiça concedeu ao juiz direito de resposta. Este foi garantido pela 1ª Vara Criminal de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O Globo trouxe chamada na capa com referência aos textos e publicou três esclarecimentos do desembargador nas páginas 3, 4 e 13 do jornal.

As mesmas páginas onde foram publicados os textos que continham referências ao desembargador. Em cumprimento à decisão judicial, esta é a terceira vez que jornal publica direito de resposta do desembargador às acusações contidas em ações penais movidas contra ele. Ao registrar as respostas, o repórter atualizou os fatos narrados nas reportagens anteriores de que Athié é réu.

Outra reportagem de Chico Otávio que vem chamando atenção de jornalistas de todo o país por ser cerceada pela justiça é Venda de sentenças (2008). A reportagem, na época, gerou apenas inquérito. Porém na atualidade, vem tomando proporções inacreditáveis.

Um técnico de informática de uma empresa que presta serviço para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro confessou, em depoimento à Polícia Civil, ser o autor de e-mails falsos enviados para os desembargadores da corte em nome do jornalista. O funcionário declarou que fez o serviço a mando do desembargador Roberto Wider, o mesmo citado na reportagem.

Os e-mails falsos preocuparam o jornalista porque alguma de suas fontes pode ter respondido ao email e assim serem descobertas. O jornal O Globo publicou reportagem posicionando-se contra esse crime contra o exercício fundamental de um jornal, o de impedir que uma investigação amplamente documentada seja levada a público e gere outras reportagens afins. Em entrevista ao *Comunique-se Chico Otávio* afirmou:

Além de tentar me desacreditar, o pior é que isso abre um precedente perigoso. Se ele enviou o e-mail em meu nome pedindo informações sobre o Zveiter, e alguém respondeu, ele vai saber quem são minhas fontes. Pior que o descrédito é ter uma ferramenta que dê acesso às minhas fontes (21 de maio de 2010).

Um dos casos mais relevantes da atualidade é a censura ao jornal *O Estado de São Paulo* e o portal *Estadão*. O mandado judicial determina que o Grupo Estado não possa publicar reportagens sobre a Operação Fator, mais conhecida como Boi Barrica. O recurso judicial, que censura o jornal, foi apresentado pelo empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Seminário “Falhas e brechas da justiça: Como evitar a impunidade nos crimes contra a imprensa”. SIP/ Abraji / PUC - Rio.

Resumo do trabalho apresentado

O encontro discutiu como após as redemocratizações, na década de 1980, os crimes contra jornalistas vem sendo apurados pela justiça na América Latina. Somente nessa década quase 400 jornalistas foram assassinados. Segundo a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), grande parte dessas mortes continua impune. Como resultado do encontro foram propostas: a federalização automática dos crimes praticados para calar os jornalistas ou os

meios de comunicação; - a atuação em conjunto do Ministério Público e das Polícias em nível estadual e federal nos crimes contra a imprensa e a federalização dos processos que investigam os crimes contra jornalistas.

Participaram profissionais de diversos setores da sociedade. Entre eles:

Marcelo Moreira (Vice-presidente da Abraji e conselheiro do International News Safety Institute (INSI) – Para o jornalista não se trata de querer proteção especial a essa categoria profissional, e sim, que se tenham condições para que ele possa corresponder ao compromisso com a democracia. Embora reconheça que a imprensa brasileira seja mais autônoma, em comparação a diversos países vizinhos, ainda se está longe do ideal. Moreira comparou a impunidade dos crimes no Nordeste e no Norte, marcados pela forte presença do coronelismo nas cidades pequenas, e com o restante da América Latina. Para ele, México e Colômbia são países onde a impunidade é elevadíssima. E dessa forma, os crimes nas regiões Norte e Nordeste do Brasil são equivalentes à do México e da Colômbia.

Janice Ascari (Procuradora Regional da República) – A procuradora defendeu a federalização do processo para que os julgamentos de crimes contra jornalistas fiquem de fora da influência local. “Ninguém está preocupado com o que vai acontecer com o prefeito ou o governador do local. Cumpre-se simplesmente a lei”, declarou.

Marcel Leal (Jornalista) - Teve o pai assassinado. Relatou as principais denúncias feita por seu pai Manuel Leal de Oliveira, diretor do jornal baiano A Região do interior da Bahia, bem como, o que se sucedeu ao assassinato. Segundo Leal, após a morte a polícia sequer isolou o local. O que acabou por atrapalhar as investigações posteriores. O delegado responsável pela investigação era amigo do prefeito. O promotor que assinava documentos não participou efetivamente do processo. Para ele, a melhor proteção aos jornalistas seria a publicação de ameaças na primeira página. Ele acredita que, se o pai tivesse denunciado as ameaças que sofrera feitas, talvez ainda estivesse vivo.

Sidnei Basile (Vice-presidente regional do Comitê de Liberdade de Imprensa e de Informação da SIP) – Em sua fala destacou o assassinato do jornalista Tim Lopes. Defendeu que o assassinato de Tim criou uma consciência pública e uma pressão sobre as autoridades a respeito dos crimes contra jornalistas. Todos abominaram a ação dos bandidos e exigiram providências. “Pode-se matar um jornalista, mas não o jornalismo”, concluiu.

Viviane Tavares (Promotora do caso Tim Lopes) - Para ela, a lei ainda cultiva brechas para a impunidade. Em sua opinião Na opinião da promotora, a diminuição da pena, deveria adotar critérios mais rigorosos. Para que um condenado chegue às ruas basta que o diretor do presídio dê uma declaração de bom comportamento. Até 2003 era necessário um exame criminológico e um atestado médico de que o criminoso não voltaria a cometer novos crimes.

Clarinha Glock (Jornalista e representante da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e Unidade de Resposta Rápida (URR) usou o espaço de sua fala para lembrar crimes contra jornalistas que não chegam a grande público. Segundo a jornalista, fatores como investigação inicial mal feita, perícia incompleta, testemunhas desaparecidas ou casos muito antigos prejudicam a reabertura de muitos processos. Ela utilizou como exemplo o caso do repórter Nivanildo Barbosa Lima, encontrado morto em Paulo Afonso (BA). A morte dele foi considerada suicídio, quando parentes e amigos sabiam que ele estava sendo ameaçado, mas como não foi possível localizar nenhuma testemunha, não houve denúncia.

Leonel Aguiar (Jornalista e Professor do PPG PUC - Rio) - O professor lembrou que o jornalista deve estar seguro em sua ida a campo, e somente com autonomia seu trabalho poderá ser útil a democracia. Leonel lembrou, ainda, que a PUC-Rio é uma universidade onde se luta pelos direitos humanos, democracia, plena garantia do exercício da profissão de jornalista, liberdade de expressão e plena liberdade de imprensa.